Cultura do caju devia ser bem tratada porque evita fome na Guiné-Bissau

21 de Março, 2018

O presidente da Associação de Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG), Jaime Gomes, defendeu ontem que o caju pode evitar a fome no país e criticou a forma como aquele produto é tratado pelas autoridades, noticia a Lusa. Dados do Governo guineense apontam o país como sendo o quinto maior produtor mundial da castanha do caju, com cerca de 200 mil toneladas anuais, e Jaime Gomes acrescenta que cerca mais de 85% da população rural vive do caju.

O presidente da ANAG disse que "faltam políticas realistas" do Governo para "melhorar e fazer render mais" o caju da Guiné-Bissau cuja produção "poderia facilmente" atingir o "duplo ou triplo" da safra atual. Jaime Gomes, que considera o caju, o "jazigo mais precioso que a Guiné-Bissau tem", adiantou, que se não houver uma "política realista e imediata" muitos pomares, nomeadamente nas regiões de Biombo (nordeste) e Bolama/Bijagós, no sul, poderão desaparecer.
Segundo Jaime Gomes, pragas estão a "dar cabo" das plantas velhas, nomeadamente as que foram plantadas na década de 1950.

O líder dos agricultores guineense disse estar triste pelo facto de não estar a vislumbrar "nenhuma resposta prática" do Ministério da Agricultura perante a praga que os camponeses designaram de 'serra-caju', insetos que cortam os ramos até deixar o cajueiro doente e morto. "Há outras pragas que atacam o caule, há outras que atacam as folhas, outras ainda que comem as flores", sublinhou Jaime Gomes, que apela à intervenção do Governo e do Banco Mundial, uma das mais ativas instituições que apoiam o setor do caju do país.

No próximo dia 28, na vila de Nhacra, a 40 quilómetros de Bissau, deve ser aberta a campanha oficial de comercialização do caju, mas até àquela data, Jaime Gomes exorta os agricultores a não venderem o seu produto por menos de 500 francos CFA (cerca de 0,76 cêntimos de euro) o quilo. O presidente da ANAG disse ter já informações de que em algumas zonas do país o caju está a ser comprado, por comerciantes, a 350 francos CFA, com a alegação de que o Governo ainda não fixou o preço de referência mínima."Não há o preço de referência mínima este ano, mas há o preço do ano passado", observou Jaime Gomes.